

Presidente do Movimento FLA desafiado a defender o ideal independentista junto da sociedade, como o fez José de Almeida

“Nos Açores, tem-se verificado um retrocesso na Autonomia, enquanto o normal seria o contrário, tal como se verifica noutras regiões europeias. Isto acontece porque, por esta Europa fora, são os independentistas que defendem as suas regiões contra os desejos centralistas dos seus governos. Eles melhor que ninguém têm cumprido a sua missão histórica de garantir respeitabilidade para com os seus povos”, disse Rui Medeiros.

À margem do que é constitucionalmente aceite em Portugal, existe nos Açores um grupo de pessoas, largas dezenas, algumas até militantes de partidos políticos, que se juntam, para continuar o sonho de José de Almeida e defender a independência dos Açores. Para uns é um “estado de alma” e para outros é a “continuidade do sonho” do fundador do movimento da Frente de Libertação dos Açores (FLA).

Neste encontro de amigos, que decorreu num restaurante da Lagoa, que mais não foi que é uma reunião magna clandestina do movimento, o Presidente do Directório, Rui Medeiros, foi desafiado a ser mais interventivo e destemido nas posições assumidas e a fazê-lo em nome de todos.

Luis Moura, filho do conceituado decano dos jornalistas açorianos, Gustavo Moura, que recebeu um diploma por ostentar sempre na sua residência a bandeira da FLA, tal como outros defensores da independência desta região face ao domínio de Portugal, entende que Rui Medeiros tem de seguir as pisadas de José de Almeida e mostrar a convicção independentista do grupo perante a sociedade açoriana. Para além de Luis Moura, que se expôs, outros há que, num silêncio gritante, querem que o Presidente do Directório reúna com os amigos da FLA mais vezes, que encontre uma maneira de fazer chegar a sua voz à sociedade, e que trilhe um caminho que seja claro no que é pretensão deste movimento.

António Almeida, filho de José de Almeida, na ocasião referiu que o movimento tem estado activo no exterior. Só este ano já estiveram presentes em reuniões activistas de independentistas na Catalunha e nas Canárias. O movimento açoriano esteve presente, segundo disse, no primeiro encontro das nações sem estado e as colónias de África e da Europa. O objectivo, de acordo com António Almeida, é o de criar um órgão permanente que seja uma voz na União Africana e na União Europeia.

Assumi que, pelo nosso isolamento político e geográfico, este aproveitamento de sinergias é muito importante, uma vez que em Portugal não são permitidos partidos regionais.

Ventura diz: “Os Açores estão em luta”

José Francisco Ventura, um independentista convicto, que foi um militante do PPD, mais tarde PSD, e Presidente do extinto Partido Democrático do Atlântico (PDA), referiu no dia que o encontro se realizou, que “o 6 de Junho de 1975, conhecido mais vulgarmente por ‘o dia 6 de Junho’, não pode deixar de ser lembrado no dia-a-dia do da nossa existência, tal como na sua celebração, como o “nosso dia” que, como dia nacional fixo em calendário de qualquer país, de qualquer nação, será para nós o dia dos Açores pois o mesmo representa a certeza do querer de um povo que espera assim ser reconhecido por quem de direito. Liberdade! Independência! “Lisboa ... escuta: - os Açores estão em luta”, foi o brado uníssimo ouvido nas ruas de Ponta Delgada”, lembrou. José Ventura diz que ainda hoje se pode



Encontro de simpatizantes do Movimento da Frente de Libertação dos Açores num restaurante da Lagoa

perguntar “se há razão para defender a independência dos Açores”, e a essa pergunta a resposta só pode ser: “Por acaso estão cegos e surdos? Quando ouvimos e lemos, quem pede mais presença de Lisboa nos Açores, defendem a suspensão da míngua autonomia existente, só temos uma coisa a fazer. Cortar o mal pela raiz e, defender a nossa existência mostrando quanto valemos. Nem que tenhamos que sair à rua e bradar alto e a bom som: - Liberdade... Independência... Lisboa escuta os Açores estão em luta”, rematou.

Presidente do Directório diz que há retrocesso na Autonomia

Rui Medeiros, por seu turno, como Presidente do Directório da FLA recordou as primeiras autonomias e os conceitos autonomistas nelas subjacentes.

“Para que se tenha uma noção da importância histórica dos independentistas na luta da livre administração dos Açores pelos Açorianos, como disse, Rui Medeiros citou Natália Correia que escreveu: Já em 1822 o jorgense João Albergaria e Sousa defendia a constituição de um Senado soberano composto de vogais eleitos por distritos, considerando este sistema o único que poderia satisfazer as aspirações dos povos açorianos”.

Em 1892, continuou, “o independentismo tem em António d’Ávila Gomes um dos mais exaltados paladinos. Analisando as causas

prementes do separatismo, o autor do livro “A Independência Açoriana e Seu Fundamento” denuncia a “desproporcionalidade existente entre Portugal e os Açores na fixação dos contingentes prediais”, a “desigualdade na distribuição das garantias”, a “injustiça das leis e da sua aplicação” e o “desprezo e ingratidão para um povo que tantos serviços tem prestado a Portugal”.

Nesta linhagem de ressentimentos contra a “Mãe Ingrata”, como faz questão de sublinhar Rui Medeiros, “a imprensa nos anos 70 do século XIX teve um papel de grande relevo, divulgando, através de órgãos como a Independência e A Ideia Nova (angrenses), e O Atlântico (faialense)”.

Destacando outros momentos autómicos, com laivos independentistas, lembra que “passados os anos do Estado Novo, em 1974 nos Açores voltamos à velha ideia da livre administração dos Açores pelos açorianos. Como resultados conquistamos novamente um regime autónimo. Isto só foi possível porque Portugal necessitava travar a luta dos independentistas. Então, seduziu os mais moderados prometendo-lhe um regime autónimo que Sá Carneiro prometeu ser progressivo”, disse.

Já hoje, Rui Medeiros refere que “quando vemos as instituições regionais afirmar que é indispensável lutar pela manutenção do “património autónimo adquirido”, significa que já estamos em desconstrução. A estraté-

gia de Lisboa é evidente. Primeiro controla as delegações locais dos partidos portugueses, estes controlam a máquina dos Estado e quando existe algum atrevimento por parte do Governo dos Açores, enviam-se os diplomas para o Tribunal Constitucional e este encarrega-se de amansar os afoitos”.

Regista ainda o Presidente do Directório que “o Tribunal Constitucional deveria ser um órgão neutro. Porém, comporta-se como uma força política, o que tem sido denunciado por pessoas ligadas ao meio”.

Lembrou algumas considerações proferidas por reputados juristas, e dentre estas, citamos: “Aquando das pretensões dos açorianos sobre o seu mar, que foram consideradas inconstitucionais, um dos juizes deste mesmo tribunal disse: “há um claro desequilíbrio entre as posições do Estado e da Região no exercício de poderes de gestão sobre o espaço marítimo adjacente ao arquipélago” e existe uma “clara subalternização do papel da Região na gestão de um espaço marítimo que, no que concerne ao mar territorial e à plataforma continental, não deixa de ser território regional”.

Rui Medeiros é de opinião que “nos Açores, tem-se verificado um retrocesso na autonomia, enquanto o normal seria o contrário, tal como se verifica nas outras regiões europeias”, acrescentando ainda que “isto acontece porque, por esta Europa fora, são os independentistas que defendem as suas regiões contra os desejos centralistas dos seus gover-